

Análises do movimento “Escola Sem Partido” com base no legado freireano

Analysis of the movement “School without Party” based on the freireano legacy

Mayra Raquel Gomes da Silva Leão

Aluna do curso de Direito do Centro Universitário de Patos de Minas (UNIPAM).
E-mail: leaomayra@outlook.com

Milene Fernandes de Magalhães

Aluna do curso de Direito do Centro Universitário de Patos de Minas (UNIPAM).
E-mail: milenefernandesmag@gmail.com

Me. Helen Correa Solis Neves

Professora orientadora (UNIPAM).

Resumo: O objetivo deste artigo é expor a obra e a vida de Paulo Freire, retratando sua militância e analisando seu método de ensino que prima pela educação libertária em contraposição às ideologias do movimento contemporâneo “Escola Sem Partido”. Pretende-se, dessa maneira, propor uma reflexão acerca da forma como concebe-se a prática educativa no Brasil para que esta seja desenvolvida com base nos pilares democráticos.

Palavras-chave: Educação. Sociedade. Democracia. Política. Ideologia.

Abstract: The purpose of this article is to expose the work and life of Paulo Freire portraying his militancy and analyzing his method of education that emphasizes libertarian education in opposition to the ideologies of the contemporary movement "School Without Party". In this way, it is proposed to reflect on the way in which the educational practice in Brazil is conceived so that it is developed based on the democratic pillars.

Keywords: Education. Society. Democracy. Politics. Ideology.

1 Introdução

O presente artigo tem por finalidade promover uma reflexão acerca da educação segundo a perspectiva dos ensinamentos deixados por Paulo Freire, realizando um paralelo com as propostas trazidas pelo movimento “Escola sem Partido”. Busca-se, na primeira parte da pesquisa, contextualizar o leitor por meio da introdução expositiva da vida e da obra do pedagogo pernambucano. No segundo tópico, foram levantadas análises acerca do método Freireano, sua maneira de conceber a educação com vistas a desenvolver a libertação do oprimido. Já na terceira parte, objetivou-se introduzir a política no cenário da prática educativa, expondo suas contribuições para a formação da criticidade do educando. Em suma, é no último tópico que o objetivo do trabalho será, por fim, delineado, a partir da exposição das

bases ideológicas do “Escola Sem Partido” e da comparação destas com os conceitos de Freire. A pesquisa foi estruturada em revisão bibliográfica pautada, principalmente, nas obras de Paulo Freire, nos projetos de lei propostos com base no movimento “Escola Sem Partido” e também em análises realizadas à luz da Constituição Federal de 1988.

2 Paulo Freire: vida e obra

Paulo Reglus Neves Freire, pernambucano nascido na capital Recife em 19 de setembro de 1921, foi um importante educador brasileiro que tinha por ideologia fazer com que os oprimidos e esquecidos pela sociedade se libertassem dessas condições por meio da leitura e do conhecimento. Viveu uma infância difícil e marcada pela pobreza, sendo alfabetizado por sua mãe, Edeltrudes Neves Freire, que o ensinou a escrever no quintal de casa com galhos de árvores. (FREIRE, 1996, p. 28).

Um dos principais projetos que encabeçou foi o “Movimento de Cultura Popular” (MCP), na década de 1960. (FREIRE, 1996, p. 40). Tinha por objetivo realizar ações de alfabetização para populares que não possuíam acesso à educação e fazer com que pudessem, assim, conceber uma consciência político-social que os fizesse enxergar o país sob uma nova ótica. Também o desenvolvimento da cultura foi alvo do projeto, como forma de difundir a arte regional e lhe dar o devido valor.

A metodologia norteadora do MCP foi o Método de Ensino Freireano, que consistia em usar a educação como forma do indivíduo se reconhecer como elemento constituinte da sociedade. (FREIRE, 1996, p. 37). Ana Maria Araújo Freire (1996, p. 38), esposa de Freire, em obra biográfica sobre o educador, afirma que “o debate que surge daí possibilita uma releitura da realidade, de que pode resultar o engajamento do alfabetizando em práticas políticas com vista à transformação da sociedade”.

Os olhos do Brasil voltaram-se rumo ao trabalho e aos escritos de Freire, que, além de possuir uma maestria inegável para educar, era também um exímio escritor, responsável por pregar a igualdade social acima de qualquer ideal. Paulo de Tarso Santos, Ministro da Educação no governo de João Goulart, então, convidou-o a coordenar um projeto chamado “Programa Nacional de Alfabetização”. Visava alfabetizar em curto prazo cinco milhões de adultos que, posteriormente, viriam a se tornar eleitores e, assim, participariam do coeficiente eleitoral brasileiro que era tão restrito e exclusivo. Por meio do aprendizado, os novos sufragistas perceberiam as desigualdades sociais e estariam aptos a lutar por mudanças. (FREIRE, 1996, p. 41-42).

No período subsequente ao Golpe Militar, o modelo de educação proposto por Freire foi considerado uma ameaça, justamente por querer desalienar a população e fazer com que esta compreendesse o contexto político para o qual se encaminhava o país. Freire, em 1964, viu-se obrigado a deixar o Brasil e exilar-se na Bolívia, que logo após sofreu, também, um golpe de Estado. Diante dos fatos, mudou-se para o Chile, onde viveu com sua família por cinco anos. (FREIRE, 1996, p. 42).

Apesar de ter sua trajetória de ensino no Brasil bruscamente interrompida pelo despotismo militar, como é próprio de personalidades engajadas e revolucionárias, não se conteve a um exílio entregue ao ócio. Como reflete em sua obra Política e Educação (FREIRE, 1997, p. 86-87):

em primeiro lugar é preciso dizer que não foi fácil educar a saudade do Brasil. Não foi fácil pôr limites a ela, sem os quais viraria nostalgia e tornaria a vida mais difícil de ser vivida. E foi exatamente na medida em que aprendemos a conviver com a falta do Brasil que o tempo do exílio, assumido, se fez um tempo de produção.

Na década de 1970, chegou até mesmo a lecionar na Universidade de Harvard, além de desenvolver importantes trabalhos de consultoria educacional aos países africanos, duramente marcados pela pobreza. (FREIRE, 1996, p. 42-43). O mundo reconhecia estar diante de uma mente brilhante, de ideias inovadoras e de um espírito altruísta. Paulo Freire foi condecorado com inúmeras honrarias como: “Título de Comendador da Ordem Nacional do Mérito Educativo do Ministério da Educação e Cultura do Brasil” (1987) e “Indicação ao Prêmio Nobel da Paz” (1993). (FREIRE, 1996, p. 50 e 62).

Freire só regressa ao Brasil em agosto de 1979, após a Lei da Anistia. (FREIRE, 1996, p. 43). Em 1989, assume o cargo de Secretário de Educação do Município de São Paulo, no governo de Luiza Erundina do Partido dos Trabalhadores, do qual comungava de suas bases ideológicas e era um dos fundadores. (FREIRE, 1996, p. 46).

Freire teve cinco filhos, frutos de seu relacionamento com a professora primária Elza Maria Costa Oliveira. Após a morte da primeira esposa, casou-se novamente com Ana Maria Araújo Freire (FREIRE, 1996, p. 33 e 46), com quem viveu até morrer. Freire faleceu em 2 de maio de 1997, na cidade de São Paulo, vítima de um infarto. (FREIRE, 2006, p. 615).

3 Análises do método freireano

Além de um pedagogo memorável que deixou o legado de alfabetização libertária, foi também um homem comprometido com as questões sociais e políticas. Escreveu obras reconhecidas mundialmente sobre a educação e seu viés político em um período que pensar igualdade social e estimular alguém a ser crítico, por si só, já se constituía crime. Foi no contexto de exílio, no tempo em que viveu no Chile, que Freire redigiu um dos livros norteadores da pedagogia latino americana contemporânea, “Pedagogia do Oprimido”.

Nessa obra, o educador condiciona suas ideias de como estabelecer um método de alfabetização que leve a uma educação problematizadora, capaz de agir no sentido da transformação social. Busca despertar no alfabetizando o anseio por conhecer a leitura e a escrita por meio de uma técnica que faça o aluno se reconhecer no processo de aprendizagem. Ernani Maria Fiori, no prefácio da obra Pedagogia do Oprimido (1970, p. 2), sintetiza o que seria o método desenvolvido por Freire:

as técnicas do método de alfabetização de Paulo Freire, embora em si valiosos, tomadas isoladamente não dizem nada do método. Também não se ajuntaram ecleticamente segundo um critério de simples eficiência técnico-pedagógica. Inventadas ou reinventadas numa só direção de pensamento, resultam da unidade que transparece na linha axial do método e assinala o sentido e o alcance de seu humanismo: alfabetizar é conscientizar.

Essa nova forma de conceber a alfabetização ficou conhecida como “Método Paulo Freire” e é a principiologia da valorização do indivíduo e de sua cultura no processo educacional. Aprender a ler e a escrever torna-se não mais um mero ritual de aprendizagem rígido, inflexível e mecânico. Constitui-se, agora, como um método de traduzir o mundo do alfabetizando, a essência de seu ser, a poesia presente em seu cotidiano.

Diante desse contexto, a educação começa a desenvolver a capacidade de questionamento no aluno que, gradativamente, aprimora e rompe com os dogmas que lhe são impostos. Assim, as desigualdades sociais começam a ser percebidas e surgem as indagações. Se o indivíduo compreende que é elemento constituinte do mundo, por que todos não se encontram em pé de igualdade para desfrutar de suas riquezas? Por que uma pequena parcela comanda a sociedade sendo que todos fazem parte dela? Freire (1970, p. 20) justifica: “se a tomada de consciência abre o caminho à expressão das insatisfações sociais, se deve a que estas são componentes reais de uma situação de opressão”.

A ideologia explicitada por Paulo Freire, ao longo de sua obra *Pedagogia do Oprimido*, convoca, ainda, o docente a ser pivô de mudanças sociais. Para ele, cabe ao professor explorar ao máximo sua liberdade de cátedra, seu direito de transmitir ao aluno seu conhecimento de maneira crítica e dinâmica e de, com ele, aprender, conforme explicita abaixo:

enquanto presença não posso ser uma omissão, mas um sujeito de opções. Devo revelar aos alunos a minha capacidade de analisar, de comparar, de avaliar, de decidir, de romper. Minha capacidade de fazer justiça, de não falhar à verdade. Ético, por isso mesmo, tem que ser o meu testemunho. (FREIRE, 1996, p. 38).

O processo de ensino é, antes de tudo, o diálogo, o intercâmbio de vivências e a maximização da cultura que acaba por tornar a sala de aula um ambiente propício aos questionamentos e pode ser considerado o elemento nascente do combate às desigualdades sociais. Freire (1996, p. 38) designa aos professores o importante papel de transformação e não o limita enquanto educador.

4 A política e a prática educativa

Paulo Freire enquanto educador comprometido com a luta democrática não poderia deixar de explicitar seu viés político voltado ao combate da opressão vivida pelos menos favorecidos socialmente. Sua obra, que é também sua vida, inter-relaciona a política e a pedagogia como práticas que, se exercidas separadamente, não estariam completas, pois não atenderiam ao princípio ético de tornar a sociedade mais igualitária.

Freire (1997, p. 11) propõe a ideia de que o indivíduo só é capaz de empenhar-se na reflexão de sua vida com engajamento e criticidade caso verifique-se como elemento constituinte do contexto social. Para isso, é necessário que compreenda e seja agente participativo das questões políticas e econômicas que movem o mundo ao seu redor. É nessa perspectiva que a luta política é gerada, pois, ao conhecer e verificar-se

como sujeito dotado de personalidade social, o indivíduo busca erradicar as desigualdades.

É necessário valorizar o homem e sua pluralidade e não apenas enquadrá-lo a um modelo educacional que vise ocultar-lhe a cultura e seu entendimento de mundo. É a partir da educação popular, do Método Paulo Freire, que o pedagogo deve buscar a valorização do homem humilde que, a partir do conhecimento, se vê diante da possibilidade de reivindicar seus direitos e superar as mazelas sociais a que sempre esteve exposto. Nesse sentido, Freire (1997, p. 14) afirma que

o que temos que fazer é repor o ser humano que atua, que pensa, que fala, que sonha, que ama, que odeia, que cria e recria, que sabe e ignora, que se afirma e que se nega, que constrói e destrói, que é tanto o que herda quanto o que adquire, no centro de nossas preocupações.

Para muitos, a política é algo a ser contemplado à distância, processo destinado apenas a uma pequena parcela da sociedade. Já para Freire, compete ao educador habituar o alfabetizando a uma prática política que sirva como elemento integrador, que reflita as vertentes ideológicas e explique a sociedade ao cidadão. Diante disso, é por meio do debate que o educando irá trabalhar suas concepções e buscar compreender o posicionamento do outro. O primordial é que os pontos de vista sejam respeitados e que mentes estejam abertas para receber novas verdades. Acerca dos debates políticos, Freire (1997, p. 16) pronuncia:

não há possibilidade de um discurso só sobre os diferentes aspectos do tema. Um discurso que agrade, em termos absolutos, a gregos e troianos. Em verdade, este não é um tema neutro cuja inteligência e cujas consequências práticas sejam comuns a todas ou a todos que dele falam.

Paulo Freire (1997, p. 21) argumenta, ainda, sobre o papel do Estado enquanto figura mantenedora da educação no país. Afirma que, ao negar educação para todos, este estaria restringindo o ato da cidadania, visto que a educação é algo inerente ao ser social. O saber não se restringe ao processo de aprendizagem, do conhecimento formal, mas se constitui como uma forma de interpretar o mundo e as próprias práticas políticas vigentes. Assim, segundo Freire (1997, p. 21), o Estado jamais deve se eximir de cumprir seu dever, tem de ser pressionado a arcar com suas responsabilidades perante a sociedade. Ele (1997, p. 21) afirma: “daí que se possa observar facilmente quão violenta é a política da Cidade, como Estado, que interdita ou limita ou minimiza o direito das gentes, restringindo-lhes a cidadania ao negar educação para todos”.

Freire (1997, p. 28) acredita que a educação popular seja a alternativa para formação de uma sociedade constituída por homens e mulheres ativamente políticos. Espera que, ao defrontarem-se com o conhecimento, com a compreensão das questões que permeiam a sociedade e que lhe dão forma, os educandos comprometam-se no combate da opressão e se tornem ativos democraticamente. “Educadores e grupos populares descobriram que Educação Popular é sobretudo o processo permanente de

refletir a militância; refletir, portanto, a sua capacidade de mobilizar em direção a objetivos próprios”.

Ainda sobre a Educação Popular, Freire propõe, a partir dela, a superação do senso comum rumando a um caminho construído por criticidade e entendimento das questões sociais. Desse modo, não há maneira de ser neutro ou imparcial, pois os alunos, ao conhecerem as posições políticas de seus professores, irão sentir-se instigados a descobrir a sua própria. Faz-se necessário, então, que o educador estimule o educando a se posicionar, conhecer e aprimorar seu ponto de vista a partir do conhecimento que ele próprio adquire, não por imposições externas. Segundo o pedagogo (1997, p. 29),

esta é uma das tarefas fundamentais da educação popular de corte progressista, a de inserir os grupos populares no movimento de superação do saber de senso comum pelo conhecimento mais crítico, mais além do “penso que é”, em torno do mundo e de si no mundo e com ele.

Outro fator determinante que o pedagogo aponta em sua obra em questão é a construção de uma nova forma de conceber a compreensão histórica. Para ele, esta deve ser construída no agora, não enxergada como mera projeção futura. Homens e mulheres devem se reconhecer como seres atuantes e responsáveis por planejar o amanhã no dia de hoje e, assim, moverem-se em direção da realização de seus ideais. Nas palavras de Freire (1997, p. 29): “mas o tempo histórico sendo feito por nós e refazendo-nos enquanto fazedores dele”.

Existe uma tentativa impropriedade em termos de ética educacional de transformar o professor em mero reportador de ideias prontas, ocultando-lhe a natureza política e ideológica. No entanto, Freire (1997, p. 39) critica veementemente essa postura, afirmando: “a natureza transformadora da docência, que não poderia reduzir-se a puro processo técnico e mecânico de transferir conhecimento, enfatiza a exigência ético-democrático respeito ao pensamento [...]”. O educador não deve ser reduzido ao papel de uma máquina, capaz de ser programada, pois enquanto ser social será sempre dotado de opiniões e posicionamentos, o que lhe impossibilita a neutralidade teórica.

O pedagogo, em sua obra, adota a teoria de Locke para refletir a valoração que cada indivíduo, no contexto social, confere à educação. De acordo com o método adotado pelo filósofo inglês, as qualidades se dividem em três: primárias (características que existem mesmo que não haja interferências, voltadas ao físico), secundárias (dependentes das primárias, pois tratam-se das sensações causadas por elas) e terciárias (são os valores conferidos às duas qualidades anteriores). (FREIRE, 1997, p. 40). Diante dessa teoria, o que Freire busca destacar são as qualidades terciárias, pois a partir delas explica-se a valoração que a conjuntura social destina ao processo educativo.

Não há qualidades por que lutemos no sentido de assumi-las, de com elas requalificar a prática educativa, que possam ser consideradas como absolutamente neutras, na

medida mesma em que, valores, são vistas de ângulos diferentes, em função de interesses de classes ou de grupos. (FREIRE, 1997, p. 41).

Freire, em seu texto “Educação e Qualidade”, afirma que é necessário admitir que o ensino pode ser projetado de maneiras diferentes, de acordo com os inúmeros pontos de vista políticos. Analisa suas vertentes de ensino sobre a ótica de reacionários e progressistas. De acordo com ele, cada um concebe a educação conforme suas bases ideológicas e defendem um método que a desenvolva para que ela seja capaz de satisfazer os seus interesses. Enquanto as elites acreditam que ela necessita ser restrita e voltada apenas ao saber formal, os democratas, por outro lado, creem na criticidade associada ao conhecimento. (FREIRE, 1997, p. 42).

Ao optar pela vertente progressista, Freire (1997, p. 46) acredita que o ambiente escolar tenha que sair do plano meramente teórico e se comprometer com a luta de classes, não apenas na teoria, mas também na prática. Faz-se necessário, ainda, que se reconheça o contexto político ao qual a prática educativa está inserida no presente momento, para que não tangencie sua finalidade de fazer o educando compreender e interpretar o meio social. Acerca disso, o pedagogo (1997, p. 47) descreve experiências históricas da diferença no modo de se fazer educação nas diferentes conjunturas políticas:

uma coisa foi trabalhar no Brasil na fase do regime populista que, por sua própria ambiguidade, ora continha as massas populares ora as trazia às ruas, às praças, o que terminava por lhes ensinar a vir às ruas por sua conta, outra, foi trabalhar em plena ditadura militar com elas reprimidas, silenciadas e assustadas.

Diante das reflexões desenvolvidas ao longo de toda a obra sobre a educação e seu papel social, Freire faz dura crítica ao que se denomina, hoje, sistema meritocrático, a nível mundial. Defende a noção de que não é possível que todos estejam em pé de igualdade social, pois as oportunidades são desiguais e os oprimidos a elas não têm acesso de modo isonômico. Na avaliação de Paulo Freire (1997, p. 92),

como tentar explicar a miséria, a dor, a fome, a ignorância, a enfermidade crônica, dizendo, cingidamente, que o mundo é assim mesmo; que uns trabalham mais, com competência, por isso têm mais e que é preciso ser pacientes pois um dia as coisas mudam.

Em face da relação já estabelecida sobre as obras desenvolvidas por Paulo Freire e sua maneira de conceber a educação de uma forma democrática e libertária, será discutido a seguir o movimento “Escola Sem Partido”, seus idealizadores, sua base ideológica e seus planos para a educação brasileira.

5 Refletindo o movimento “Escola Sem Partido”

O movimento “Escola Sem Partido”, por meio de sua página virtual, apresenta-se como uma associação informal, independente, sem fins lucrativos e sem qualquer espécie e vinculação política, ideológica ou partidária. (ESCOLA SEM PARTIDO, 2016,

s/p). O seu principal idealizador é Miguel Nagib, advogado e procurador do estado de São Paulo e ex-assessor do Supremo Tribunal Federal (STF). (MIGUEL, 2016, s/p). Os adeptos à luta contra a doutrinação escolar acreditam que os professores estariam aproveitando-se de sua liberdade de cátedra a fim de impor aos alunos suas respectivas concepções políticas. Afirmam, ainda, que apesar da existência da problemática há uma dificuldade real em provar os abusos cometidos pelos docentes, visto que, são eles autoridade máxima em sala de aula. (ESCOLA SEM PARTIDO, 2016).

Os objetivos do projeto compreendem o fim da instrumentalização do ensino para fins políticos, ideológicos e partidários; o respeito à integridade intelectual e moral dos estudantes; o respeito ao direito dos pais de dar aos seus filhos a educação moral que esteja de acordo com suas próprias convicções. (ESCOLA SEM PARTIDO, 2016). O movimento conta, ainda, com o apoio de intelectuais politicamente inclinados aos ideais de direita, bem como do autor Armindo Moreira, escritor da obra *Professor não é educador* que engrossa as concepções acerca da temática. (MIGUEL, 2016).

Tramita na Câmara dos Deputados desde 2014 o projeto de lei 7180/2014 que inaugurou o movimento “Escola sem Partido” e vai de encontro a toda a ideologia Freireana de uma educação livre e democrática. Por autoria do Deputado Federal Erivelton Santana- PSC/BA, tem por finalidade alterar o artigo 3º da Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional somando a esta o inciso XIII:

XIII- respeito às convicções do aluno, de seus pais ou responsáveis, tendo os valores de ordem familiar precedência sobre a educação escolar nos aspectos relacionados à educação moral, sexual e religiosa, vedada a transversalidade ou técnicas subliminares no ensino desses temas.

Comungando da mesma proposta da PL 7180/2014, outros projetos com o mesmo cunho surgiram posteriormente, bem como o do Deputado Izalci- PSDB/DF, autor de duas sugestões acerca do mesmo tema, o de número 867/2015 e 1859/2015. No primeiro, cria uma nova legislação restringindo a prática docente dotada de criticidade em escolas públicas e privadas, buscando condicionar a educação à moral familiar. Conforme explicitado no artigo 4º incisos I e V:

I- não se aproveitará da audiência cativa dos alunos, com o objetivo de cooptá-los para esta ou aquela corrente política, ideológica ou partidário.

V- respeitará o direito dos pais a que seus filhos recebam a educação moral que esteja de acordo com suas convicções.

Já o segundo projeto de número 1859/2015 propõe acrescentar parágrafo único ao artigo 3º da Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional, vedando a conscientização sobre ideologia de gênero e seus afins:

Parágrafo único: A educação não desenvolverá políticos de ensino, nem adotará currículos escolares, disciplinas obrigatórias, ou mesmo de forma complementar ou facultativa, que tendam a aplicar ideologia de gênero, o termo “gênero” ou “orientação sexual”.

No mesmo viés das propostas anteriormente mencionadas, surgiu também o projeto de lei do Deputado Professor Victório Galli- PSC/MT, número 5487/2016, que reza sobre a proibição de distribuir materiais didáticos que tratem de assuntos relacionados ao pluralismo sexual: “Art. 1º- Fica proibido o Ministério da Educação e Cultura a orientar e distribuir livros às escolas públicas que versem sobre orientação à diversidade sexual de crianças e adolescentes, em consonância com a lei 13005/2014 (PNE)”.

Já nas décadas de 1980 e 1990, o pedagogo Paulo Freire desenvolvia sua militância com vistas a atenuar as tentativas da elite opressora, disfarçada pela legitimidade do voto popular, de tornar o processo educativo algo desvinculado da realidade social. Depreende-se a análise da ideia mencionada anteriormente ao longo de sua obra *Política e Educação*, na qual o pedagogo explana, em diversos textos, análises acerca da educação como prática ativa de mudança político-social: “a preocupação com os limites da prática, no nosso caso, da prática educativa, enquanto ato político, significa reconhecer, desde logo, que ela tem uma certa eficácia”. (FREIRE, 1997, p. 52).

Diante desse contexto, o que se observa com o nascente movimento “Escola Sem Partido” é uma inegável tentativa de reprimir a liberdade do ensino de uma maneira geral. De acordo com a proposta do Deputado Izalci, prevista no artigo 4º, I, os professores devem ser coibidos de exercer na prática educativa a disseminação de ideologias de qualquer natureza. No entanto, como já analisado à luz dos ensinamentos de Paulo Freire, essa proposta é incompatível com um modelo de aprendizagem democrática e constitui-se uma falácia, visto que a educação, quando supostamente concebida com neutralidade, está sob influência de alguma ideologia. O educador reflete sobre a questão no trecho a seguir: “não há, finalmente, educação neutra nem qualidade por que lutar no sentido de reorientar a educação que não implique uma opção política e não demande uma decisão, também política de materializá-la”. (FREIRE, 1997, p. 44).

Torna-se perceptível o receio de determinadas classes de que o estudante se emancipe por meio da educação. A criticidade e o engajamento pregados por Paulo Freire constituem-se ameaças para aqueles que desejam continuar governando em uma sociedade submissa e incapaz de questionar. Nessa linha de raciocínio: “[...] se não houvesse nada a fazer com a prática educativa não havia por que falar dos seus limites”. (FREIRE, 1997, p. 52).

Dessa maneira, Paulo Freire constitui-se como a figura que deixou o legado de maior combate às ideologias do atual programa “Escola Sem Partido” que, mesmo de maneira implícita, sempre esteve presente no âmbito social brasileiro. Ele visava combater as desigualdades por meio da criticidade, do estímulo ao conhecimento indiscriminado e da compreensão do mundo a partir da educação. Além disso, no projeto Freireano, o professor é o pivô da transformação social, pois é o único capaz de instigar a libertação aos educandos a partir do saber, conforme afirma: “os professores não ensinamos apenas os conteúdos. Através do ensino deles, ensinamos também a pensar criticamente, se somos progressistas e ensinar para nós, por isso mesmo, não é depositar pacotes na consciência vazia dos educandos”. (FREIRE, 1997, p. 63).

O que se depreende das propostas feitas pelo movimento “Escola Sem Partido” é que seus idealizadores procuram combater o pensamento crítico e reprimir o entendimento do estudante aos desdobramentos políticos do país, turvando-lhes a visão a partir de um discurso intolerante e carregado de preconceitos. Ao analisar a questão da ideologia na sala de aula, é certo que o professor não pode impor suas crenças e valores aos alunos, no entanto, é inimaginável que este seja reduzido a uma mera figura transmissora de informações pré-concebidas. Há que se alcançar um equilíbrio ao reconhecer a pluralidade de pontos de vista e o respeito às mais variadas vertentes do pensamento, conforme explana Freire (1997, p. 71): “não é possível crescer na intolerância. O educador coerentemente progressista sabe que estar demasiado certo de suas certezas pode conduzi-lo a considerar que fora delas não há salvação”.

A proposta feita pelo Deputado Professor Victório Galli de que o Ministério da Educação seja impedido de fornecer materiais didáticos que versem sobre orientação à diversidade sexual para crianças e adolescentes constitui-se como uma forma de negar aos educandos as diferenças inatas ao meio social. Nas palavras de Freire (1997, p. 86), “ensinar conteúdos, por isso, é algo mais sério e complexo do que fazer discursos sobre seu perfil”. Isto é, não é limitando a prática educativa e o conhecimento de mundo que adultos conscientes e livres se formarão, e, sim, estimulando desde cedo o respeito e a tolerância como forma de integração sociocultural.

A liberdade de cátedra caracteriza-se no ordenamento jurídico vigente como um direito fundamental previsto no artigo 206, II, da Constituição Federal de 1988. Segundo o constitucionalista José Afonso da Silva (2009, p. 256), deve ser denominada, na verdade, “liberdade de transmissão e recepção do conhecimento”, para ele:

a fórmula empregada agora é mais compreensiva porque se dirige a qualquer exercente de função de magistério, a professores de qualquer grau, dando-se liberdade de ensinar, e mais ainda porque também abrange a outra face da transmissão do conhecimento, o outro lado da liberdade de ensinar, ou seja, a liberdade de aprender, assim como a liberdade de pesquisar (modo de aquisição do conhecimento).

Dessa maneira, a tentativa de cerceá-la por parte dos deputados que apresentaram os projetos de lei com base no movimento “Escola Sem Partido” torna-se inconstitucional, levando-se em consideração que a liberdade de cátedra é formalmente expressa no artigo mencionado.

A tentativa infundada de esconder do alfabetizando as visões de mundo que não estejam de acordo com o pensamento dominador de repressão presente na sociedade constitui-se como um retrocesso em larga escala. Querer padronizar a sociedade por meio de modelos prontos não é próprio de uma democracia que deve respeitar a diversidade cultural. O indivíduo deve ser reconhecido e integrado a despeito de suas diferenças. Paulo Freire (1997, p. 114) faz uma reflexão acerca do assunto em seu texto “Universidade Católica- Reflexões em torno de suas tarefas”: “a tolerância significa apenas que os diferentes têm o direito de continuar diferentes e o direito de aprender de suas diferenças. Diferenças de natureza religiosa, cultural, sexual, político-ideológica, diferenças raciais, de classe”.

Freire (1997, p. 33) convoca a sociedade a refletir, por fim, sobre a valoração democrática e a usurpação de seu conceito para justificar desigualdades sociais e políticas excludentes: “que estranha maneira é essa de fazer história, de ensinar Democracia, espancando os diferentes para, em nome da Democracia, continuar gozando da liberdade de espancar!”. Diante desse cenário, urge a necessidade de reconhecer a finalidade da prática educativa enquanto caminho único capaz de despertar no indivíduo o engajamento social.

6 Conclusão

Diante do exposto, é de suma importância reconhecer a influência de Paulo Freire enquanto educador e figura expoente da educação não só no Brasil, mas mundialmente. Sua obra, que é também sua vida, convoca os diversos segmentos da sociedade a se envolverem e a compreenderem a importância do processo educacional enquanto emancipador de consciências.

O presente trabalho tem por objetivo a elucidação de dois pontos: o primeiro ponto coloca a educação como sendo um objeto de transformação social e o segundo destaca que não existe maneira de conceber a educação livre de ideologias. Toda prática que tenha por finalidade cercear os horizontes da aprendizagem, ocultar a influência da diversidade cultural, racial, étnica e sexual estará agindo em nome de uma ideologia excludente. Nessa linha de raciocínio, o movimento “Escola Sem Partido” caracteriza-se como a negação maciça de toda a reflexão desenvolvida por Paulo Freire. O ato de tornar a educação um processo mecânico, sem criticidade, é a tentativa de cercear o entendimento de mundo do aluno além de negar ao professor sua oportunidade de promover a educação democrática.

Referências

Escola Sem Partido. Disponível em: <<http://www.programaescolasempartido.org>>
Acesso em: 11 out. 2016.

FREIRE, Ana Maria Araújo. *Paulo Freire: uma história de vida*. São Paulo: Villa das Letras, 1996.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

FREIRE, Paulo. *Política e Educação*. 3. ed. São Paulo: Cortez Editora, 1997.

MIGUEL, Luís Felipe. *Quem é Miguel Nagib, líder do movimento Escola Sem Partido?*

Disponível em:

<<http://caviarquerda.blogspot.com.br/search?q=Quem+%C3%A9+Miguel+Nagib,+1%C3%ADder+do+movimento+Escola+Sem+Partido?+>>>. Acesso em: 11 out. 2016.

SILVA, José Afonso. *Curso de Direito Constitucional Positivo*. 32. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2009.